

1
2
3

ATA 314

4 Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às quatorze horas, realizou-se
5 reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em sua sede
6 na Rua Joaquim Nabuco nº 59, sob a convocação de sua vice-presidente Sandra Regina
7 Wichert Cisco. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares governamentais**:
8 Sandra Regina Cisco e Thais do Prado Dias Verillo (Fundação Municipal de Assistência Social
9 de Ponta Grossa/FASPG); Ligia Cristina Souza França (Secretaria Municipal de Esportes);
10 Neumari Perpétua da Cunha (Fundação Municipal de Saúde); Leni Aparecida Viana da Rocha,
11 (Secretaria Municipal de Educação); Maira Martins de Hollebem (Secretaria Municipal de
12 Cidadania e Segurança Pública); Rosangela Caldeira Legat (Secretaria Municipal de Indústria,
13 Comércio e Qualificação Profissional). **Os conselheiros titulares não governamentais**: João
14 Eliseu Montes (Entidades de Proteção Social Especial de Alta Complexidade); Regina Rosa
15 Pedrozo Rosa (Trabalhadores da Área); Antonio Elizeu Martins e Paulo Sainclair Heusi
16 (Usuários da Política de Assistência Social). **Os conselheiros governamentais suplentes no**
17 **exercício da titularidade**: Taisa de Cassia Gomes (Fundação Municipal de Assistência Social
18 de Ponta Grossa/FASPG). **Conselheiros não governamentais suplentes no exercício da**
19 **titularidade**: Marcia Fidelis (Entidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade).
20 **Os conselheiros governamentais suplentes**: Lucília do Rocio Lopes de Andrade (FASPG).
21 A secretária executiva Carla Buhner Salles Rosa. **Justificaram a ausência as conselheiras**:
22 Ines Chuy Lopes, Cristiane Aparecida Maier, Reni Aparecida Eidam, Mônica Mongrue e Camila
23 Vanessa Sviech. **Estiveram presentes**: Assistente Social Priscila Pinheiro (Casa do Piá);
24 André Correa (estagiário do Ministério Público do PR/2º URATE); Assistente Social Caroline
25 Carvalho (ESPRO); Anna Isabela Costa (APADEVI); Thais S. Santos (Hospital da Criança),
26 Rafaely Pedroso (Secretaria de Educação/SME). A reunião contou com a seguinte pauta: 1-
27 Apreciação e aprovação da pauta; 2- Aprovação da ata 313; 3- Informes; 4- Relato da Comissão
28 de Monitoramento e Avaliação de Projetos: 4.1. Informes sobre o monitoramento dos Termos
29 de Colaboração FASPG/Rede Socioassistencial não governamental; 4.2. aprovação do parecer
30 sobre o plano de expansão do Piso Estadual de Assistência Social IV - Serviço de Acolhimento
31 para Crianças Adolescentes e Jovens até 21 Anos; 5- Relato da Comissão de Documentação
32 e Inscrição de Entidades, 5.1- Apreciação e aprovação da atualização da Resolução que trata
33 da definição dos parâmetros para as inscrições de Entidades e Serviços no CMAS; 6- Comissão
34 de Acompanhamento do FMAS: 6.1. Parecer sobre os relatórios de movimentação financeira
35 do FMAS de janeiro, fevereiro e março de 2019; 6.2. Relatórios do FMAS a serem
36 encaminhados ao Ministério Público, conforme solicitação; 6.3. Aprovação do parecer sobre o
37 Projeto para Emenda Parlamentar da APROAUT; 6.4. Aprovação do parecer sobre o aditivo
38 de valor do Termo de Colaboração para manutenção do Centro Dia para pessoas com múltiplas
39 deficiências da APACD; 7- Comissão de Acompanhamento do Programa Bolsa Família: 7.1.
40 informes sobre a análise dos relatórios trimestrais. A vice- presidente Sandra Cisco iniciou a
41 reunião às 14:10, solicitando que a conselheira Leni realizasse a oração. A pauta foi colocada
42 em discussão e, na sequência, aprovada. Apreciação da ata nº 313, aprovada sem alterações.
43 Informes: Inicialmente a vice-presidente Sandra informou sobre o retorno da licença saúde da
44 presidente Monica Mongrue, porém, na data de hoje não será possível a participação da
45 presidente nesta plenária. Realizada a apresentação das novas conselheiras Assistente Social
46 Rosângela Caldeira Legat, representando a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e
47 Qualificação Profissional e Assistente Social Neumari Perpétua da Cunha, representando a
48 Secretaria Municipal de Saúde. Foi repassado o convite para a inauguração da nova sede do
49 Escritório do CIEE – PR em Ponta Grossa, situado na rua Senador Pinheiro Machado.
50 Apresentado o convite para a I Capacitação sobre o Art. 94A do ECA, será dia 06/05 na sede
51 da Associação Ministério Melhor Viver, para o CMAS foram disponibilizadas dez vagas, as
52 inscrições poderão ser feitas pelo Blog da Rede de Assistência Social. Item quatro da pauta:

53 Informes da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos sobre o monitoramento dos
54 termos de colaboração da rede não governamental e parecer sobre o plano de expansão do
55 Piso Estadual de Assistência Social IV. A coordenadora da Comissão- conselheira Regina,
56 colocou que o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade civil em seu artigo 60 coloca
57 que os Conselhos devem monitorar os Termos de Colaboração, atualmente são 34 Entidades
58 que possuem termo de colaboração e que necessitam de fiscalização. A Comissão definiu que
59 o monitoramento será realizado mediante visitas, após o repasse de dados da Divisão de
60 Monitoramento sobre a frequência e dificuldades para o cumprimento do estabelecido nos
61 termos de colaboração, a proposta é dar suporte para as Entidades. Este monitoramento será
62 realizado em visitas institucionais por duplas de conselheiros com registro em instrumento
63 próprio (em elaboração) para análise do pleno. A vice-presidente Sandra ressaltou que será
64 necessário a colaboração de todos os conselheiros para realização dessas visitas, já que a
65 fiscalização é função do Conselho como um todo. O pleno aprovou a proposta da Comissão.
66 O conselheiro João Montes questionou se o Conselho intervém no contraditório das prestações
67 de contas e planos de aplicação. A conselheira Sandra esclareceu que a Comissão da qual ela
68 faz parte, recebe a prestação de contas com a análise prévia da contadora da UGT e os
69 apontamentos das situações contraditórias e a Comissão faz novamente a análise da prestação
70 de contas. Colocou que muitas vezes as Entidades estão colocando itens na prestação de
71 contas que não estão previstas no plano de aplicação e, se não estiver previsto, o Tribunal de
72 Contas não aceita, contudo, a Entidade tem direito a defesa e o parecer final é da Controladoria
73 Geral do Município. O próximo item da pauta é o parecer da Comissão de Documentação e
74 Inscrição de Entidades sobre a atualização da Resolução que trata da definição dos parâmetros
75 para as inscrições das Entidades e Serviços no CMAS. A conselheira Lucília, coordenadora
76 desta Comissão, relatou foi discutida a Resolução 03/2012 e com base nas orientações e
77 normativas nacionais a Comissão trouxe as atualizações para serem discutidas. Foi incluída a
78 licença sanitária para a inscrição de Entidades e serviços de alta complexidade, os Decretos
79 Municipais normatizadores dos serviços de proteção social básica e especial, publicados em
80 2017 e também a parte recursal, abrindo a oportunidade para a Entidade que tiver a solicitação
81 de inscrição indeferida entrar com a solicitação novamente. O formulário a ser preenchido foi
82 mantido, atualizando alguns itens. O conselheiro João Montes levantou um questionamento
83 sobre a necessidade de apresentação da licença sanitária, porque, na prática, a Vigilância
84 Sanitária não tem na capacidade de recursos humanos suficiente para conseguir responder
85 essa demanda. A conselheira Sandra disse que, neste caso, a Entidade solicitante da inscrição
86 tem o protocolo. Os conselheiros discutiram amplamente se o protocolo será aceito para fins
87 de inscrição ou o certificado da Licença Sanitária. A conselheira Regina comentou que o
88 Conselho Municipal de Saúde está inscrevendo apenas com o protocolo. Sugerido que o
89 protocolo seja aceito e definido um prazo para apresentação da Licença Sanitária. Após
90 discussão e diversas colocações dos conselheiros sobre o assunto, não foi obtido consenso,
91 seguiu-se para a votação, finalizada desta forma: votos favoráveis a liberação da inscrição com
92 apresentação do protocolo, com prazo definido para apresentação da licença sanitária: 6 votos
93 (conselheira Lígia França, Leni da Rocha, Márcia Fidelis, Regina Rosa e conselheiros João
94 Montes e Antonio Elizeu); votos contrários ao protocolo, com apresentação da licença sanitária:
95 6 votos (conselheira Taísa Gomes, Thais Verillo, Neumari da Cunha, Maira de Hollebem,
96 Rosangela Legat, e conselheiro Paulo Heusi). Como ocorreu empate, a vice-presidente Sandra
97 Cisco realizou o desempate decidindo que, para fins de inscrição no CMAS, a licença da
98 Vigilância Sanitária deverá ser apresentada. **Aprovado conforme**
99 **Resolução/CMAS/Nº16/2019** que atualiza os parâmetros para inscrição de Entidades,
100 Organizações de Assistência Social, Serviços, Programas, Projetos e Benefícios
101 Socioassistenciais no CMAS. Item 6 da pauta: relato e pareceres da Comissão de
102 Acompanhamento do Fundo Municipal de Assistência Social. A coordenadora da Comissão,
103 conselheira Maira apresentou o relato de apreciação dos relatórios de movimentação financeira
104 do FMAS dos meses de janeiro, fevereiro e março. A Comissão verificou as receitas do trimestre
105 e os empenhos emitidos no período. Foram emitidos empenhos nas fontes: 962 – Piso
106 Paranaense de Assistência Social IV – Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes,

107 valor de R\$ 2.340,02 (dois mil, trezentos e quarenta reais e dois centavos); fonte 826, Piso de
108 Proteção Social de Alta Complexidade, valor de R\$ 143.530,19 (cento e quarenta e três mil,
109 quinhentos e trinta reais e dezenove centavos); fonte 920, Bloco da Proteção Social Básica,
110 valor de R\$ 450.612,76 (quatrocentos e cinquenta mil, seiscentos e doze reais e setenta e seis
111 centavos); fonte 833, IGD do Programa Bolsa Família, valor de R\$ 89.320,36 (oitenta e nove
112 mil, trezentos e vinte reais e trinta e seis centavos). Comunicado que não ocorreu repasse de
113 recursos federais neste período, com exceção do IGD/PBF. O segundo assunto discutido pela
114 Comissão foi a resposta à solicitação do MP - Ministério Público dos relatórios da aplicação e
115 devolução de recursos federais de 2018. A Comissão revisou o material a ser entregue para o
116 MP e notificou que não ocorreram devoluções do recurso federal em 2018. Na sequência, foi
117 apresentado o parecer sobre o Projeto da Associação de Proteção aos Autistas-APROAUT
118 para recebimento de emenda parlamentar, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), o projeto
119 contempla a aquisição de um veículo utilitário e equipamentos (fogão, freezer, fritadeira,
120 impressora, ventilador, piscina de bolinha, playground, tabela de baquete, batedeira, bebedouro
121 e climatizador). **Aprovado conforme Resolução/CMAS/Nº17/2019.** Ainda dentro do parecer
122 da Comissão, foi apresentado o parecer favorável ao aditivo de valor do termo de colaboração
123 para a manutenção do Centro Dia para pessoas com múltiplas deficiências da Associação
124 Pontagrossense de Assistência à Criança Deficiente/APACD. O parecer da Comissão aponta
125 que este aditivo de valor é necessário porque a Entidade atende usuários com múltiplas
126 deficiências, enfatizando o caráter excepcional desta matéria. A percapita do serviço passa de
127 R\$ 420,00 para R\$ 624,44, para subsidiar o pagamento dos salários dos motoristas que
128 realizam o transporte das crianças, que devido as múltiplas deficiências não se adaptam ao
129 transporte público e ao transporte escolar fornecido pela Secretaria Municipal de Educação.
130 **Aprovado por unanimidade conforme Resolução/CMAS/Nº18/2019.** A Comissão informou
131 que está acompanhando a devolução ao FMAS do recurso do piso de média complexidade pela
132 FASPG, conforme indicado no protocolo Nº 1970351/2018. Encerrado o relato da Comissão
133 de Acompanhamento do Fundo Municipal de Assistência Social, foi chamado o último item da
134 pauta, relato da Comissão de Acompanhamento do Programa Bolsa Família. A coordenadora
135 desta comissão conselheira Taisa informou que a Comissão analisou os relatórios do Programa
136 desde o mês de novembro até presente data. Na reunião da Comissão foi apresentada a nova
137 chefe da Divisão da Gestão de Benefícios – assistente social Viviane Matoski Orloski, sendo
138 responsável pelo CadÚnico e Programa Bolsa Família. Foram apresentados os relatórios dos
139 recursos do IGD/Bolsa Família (fonte 833) recebidos desde novembro e o que foi aplicado de
140 janeiro de 2018 até agora, em torno de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais)
141 recurso que estava depositado na conta. Foram apresentados todos os empenhos e o relatório
142 do trabalho da Divisão de Gestão de Benefícios: realizados 1843 cadastros novos, 2964
143 atualizações, 169 visitas domiciliares, 4909 emissões de folha resumo, 1397 consultas ao
144 SIBEC, 127 transferências de município, 28 exclusões de cadastro, 63 denúncias recebidas,
145 16 desligamentos voluntários, 5279 orientações diversas. Os recursos recebidos do IGD/PBF
146 (fonte 833) de novembro a abril de 2019 foram R\$ 196.474,53. Os recursos foram utilizados
147 para: manutenção de veículos (R\$ 17.092,01); aquisição de papel sulfite (R\$ 15.651,90);
148 pagamento da parcela do contrato de locação e manutenção das impressoras (R\$10.831,71);
149 combustível (R\$ 28.883,48), aquisição de dois veículos Onix no total de R\$ 80.000,00;
150 aquisição de um veículo Ford Ka (R\$ 50.100,00); aquisição de equipamentos de informática
151 (R\$ 64.137,95); aquisição de suprimentos de informática (R\$ 2.767,80); aquisição de
152 eletrodomésticos e eletroeletrônicos para os CRAS e toda a estrutura do Programa Bolsa
153 Família (R\$ 52.367,21); aquisição de mobiliário (R\$ 16.776,78); aquisição de 40 computadores
154 (R\$ 258.699,75); serviço de correios (R\$ 31.815,80) para o pagamento de notificações que são
155 enviadas pelo correio, segundas vias de certidão de nascimento, casamento e óbito de outros
156 municípios, para que as pessoas possam ter acesso aos benefícios. Total de valor pago R\$
157 597.318,59 ressaltando que está empenhado o valor de R\$ 772.555,65, há um saldo na conta
158 de R\$ 37.000,00, que foi reprogramado. Finalizando a pauta, a vice-presidente Sandra lembrou
159 a recomposição das comissões. A conselheira Neumari se colocou a disposição para integrar
160 a Comissão de Acompanhamento do Programa Bolsa Família e a conselheira Rosangela a



**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone/Fax: (42) 30269565 E-mail: cmaspg@bol.com.br Ponta Grossa – PR

- 161 Comissão de Documentação e Cadastro de Entidades. A vice-presidente Sandra Cisco
162 encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. Esta ata foi transcrita pela agente social
163 Maria Aparecida da Silva e redigida pela secretária executiva Carla Bühler Salles Rosa, após
164 aprovada segue assinada pelos conselheiros presentes.
- 165 Carla Bühler Salles Rosa _____
166 RG 3.316.839- 0 CPF 445205739- 04
- 167 Sandra Regina Wichert _____
168 RG: 4.577.485-6 CPF: 726.394.589-49
- 169 Thais do Prado Dias Verillo _____
170 RG: 6926725 4 CPF:042 454 089 44
- 171 Leni Aparecida Viana da Rocha _____
172 RG: 1.903.712-6 CPF: 319.665.009-04
- 173 Maira Martins de Hollebem _____
174 RG: 62163852 CPF:032 981 869 45
- 175 Ligia Cristina Souza França _____
176 RG: 4835463-7 CPF: 700847859-34
- 177 Neumari Perpétua da Cunha _____
178 RG: CPF:
- 179 Rosangela Caldeira Legat _____
180 RG: CPF:
- 181 Taisa de Cassia Gomes _____
182 RG: 2.024.299 CPF: 451.444.949-00
- 183 Lucilia do Rocio Lopes Andrade _____
184 RG: 4 236 716-8 CPF: 741 811 819-87
- 185 João Eliseu Montes _____
186 RG: 3.330.211-8 CPF: 465.393.449-53
- 187 Regina Rosa Pedrozo Rosa _____
188 RG: 4.291.507-6 CPF: 801.358.209-44
- 189 Marcia Fidelis _____
190 RG: 35218165 CPF: 473.586.379-68
- 191 Paulo Saincler Heusi _____
192 RG: 5499097 CPF: 014.259.609-44
- 193 Antonio Elizeu Martins _____
194 RG: 44832577 CPF: 638 684 669-91